



# Instituto de Educação São Gonçalo

“Construindo a Educação pelos Caminhos do Amor”

Parceria  
Pedagógica



Disciplina: Filosofia

Data: / / 2020

Turma: 3ª Série

Educador(a): Leticia Ossain

Curso: E. Fund I ( ) E. Fund. II ( ) E. Médio ( )

Nº.:

Educando(a):

Ciente:

## Instruções

**Desenvolvam as atividades para serem entregues no retorno às aulas de modo que os professores as avaliem.**

**Tendo a possibilidade, imprimir as tarefas para realizá-las.**

**Caso não possa imprimir, fazer em qualquer tipo de papel só enumerando os exercícios, sem precisar copiar os enunciados e figuras.**

---

## **INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DO PODER**

Na vida cotidiana fazemos com frequência referência ao poder, aos seus limites e abusos, mas nem sempre estamos de acordo sobre o significado que se deve atribuir à palavra, que parece se aplicar a situações e contextos variados. Falamos do poder dos pais sobre os filhos, daquele do senhor sobre os escravos, assim como do professor sobre seus alunos sem que saibamos como essas realidades se conectam entre si. No meio dessa proliferação de sentidos, muitos pensadores buscaram uma definição geral do poder partindo da ideia de que ele se vincula ao fato de que existem pessoas que são capazes de levar outras a executar ordens e comandos com os quais não estão necessariamente de acordo e para os quais não foi dado nenhum consentimento explícito. Essa maneira de definir o poder, colocando em destaque o fato de que detém poder aquele que faz prevalecer sua vontade sobre a de outros, ajuda a esclarecer algumas questões, mas levanta também dúvidas, o que levou ao aparecimento, ao longo da história do Ocidente, de várias concepções diferentes a respeito do assunto. Algumas dessas concepções serão lembradas a seguir.

Para situar melhor nossa questão, é importante levar em conta que em todas as sociedades históricas encontramos o fenômeno do mando e da obediência. Isso mostra que a questão do poder é fundamental para os que pretendem compreender como vivemos e como poderíamos viver em conjunto. Isso implica em dizer que a investigação sobre a natureza do poder deve ser feita juntamente com aquela sobre o sentido da política, que é o objeto principal do ramo da filosofia – a filosofia política – que se ocupa em compreender os fundamentos da vida comum e não apenas explicar como ela funciona normalmente, que é a matéria das ciências sociais.

Agindo assim, estamos evitando uma abordagem muito genérica de nosso tema, que pode provocar muita confusão conceitual, para nos restringirmos à esfera da política e aos problemas do Estado. É claro que esse recorte não responde a todas nossas dúvidas sobre o tema. Deixamos de lado algumas questões interessantes como, por exemplo, aquela da psicologia dos indivíduos que mandam e daqueles que obedecem, que é muito importante, quando tentamos entender a obediência que alguns povos manifestam a tiranos e ditadores. Mas ganhamos uma clareza na definição de nosso objeto que nos permite avançar com segurança pelo vasto terreno aberto pela investigação sobre a natureza do poder.

Inicialmente o problema do poder expõe a necessidade de pensarmos o papel da violência em nossas vidas e na organização da vida política.

Isso se dá porque tendemos a pensar que poder e violência são a mesma coisa e só obedecemos quando somos forçados. Ocorre, no entanto, que essa identidade entre os dois termos nem sempre é verdadeira e podemos até mesmo dizer que ela quase nunca o é, pois os governantes que contam apenas com a força não conseguem se preservar em seus lugares. Se a violência aparece como um tema ligado àquele do poder, essa relação só pode ser compreendida se levarmos em consideração outras questões como aquelas da legitimidade dos regimes políticos e da liberdade dos cidadãos. Sem levar em consideração esses elementos não somos capazes de entender como funciona efetivamente um regime político.

Dentre os problemas que a filosofia política deve tratar, quando pretende estudar o poder, está aquele do conflito, que é um elemento constitutivo de toda experiência política. (Ver a OP: Indivíduo e comunidade I: conflito). Quando apontamos para esse tema, estamos partindo da constatação quase banal de que não há vida em comum sem que surjam divergências e disputas entre os que dela participam e também com aqueles que são dela excluídos. Essa observação serve para nos lembrar que um dos papéis principais do poder político é lidar com os conflitos seja arbitrando-os, seja impedindo seu aparecimento, seja criando instituições para acolhê-los. A maneira como um regime lida com conflitos diz muito sobre ele. Regimes autoritários tendem a negá-los e tentam evitar que eles coloquem a posição dos governantes em questão.

Regimes democráticos e republicanos buscam regulá-los por meio de leis e de instituições, mas não deixam de temê-los, pelo medo de que a divisão do corpo social possa ser uma ameaça para a sobrevivência do próprio Estado. Na verdade, desde a Antiguidade os conflitos foram temidos pelos pensadores políticos, que sempre viram na exacerbação das disputas internas um risco ainda maior do que as guerras com os vizinhos. Na Idade Média, a paz era considerada o bem maior da vida pública, postura que se conservou até o Renascimento, quando a maior parte dos filósofos enxergava na “luta de facções” um perigo enorme para a vida política. Mesmo na modernidade esse medo não se dissolveu, mostrando que a associação entre o tema do poder e aquele do conflito sempre fez parte do pensamento político. Mas o medo dos conflitos também aponta para a necessidade de se encontrar um terreno comum de entendimento, um Bem comum, que por sua natureza seria capaz fazer com que as pessoas superassem os conflitos, para criar algo superior às vontades particulares, que quase sempre estão na raiz das disputas entre os indivíduos. Essa ideia serviu para mostrar que um dos parâmetros para se identificar um bom governo é sua capacidade de privilegiar os interesses comuns, promovendo assim um bem para todos, em detrimento das políticas que visam a satisfazer os desejos de apenas pequenas parcelas da população e que, no mais das vezes, colocam a unidade do corpo político em perigo.

Escolhendo tratar o problema do poder do ponto de vista da política não se está negando seus outros significados, e nem a possibilidade de encontrar nas outras esferas da vida social fenômenos correlatos àqueles que os filósofos estudaram na esfera do Estado. Trata-se apenas de uma escolha metodológica seguida por muitos pensadores e que evita os riscos de uma abordagem que pode se perder em abstrações e generalidades, que nada nos ensinam sobre os fatos que observamos em nossas vidas. (ver as orientações contidas na OP. Indivíduo e comunidade I: conflito)

Texto: “O poder não necessita de justificação, sendo inerente à própria existência de comunidades políticas; o que realmente necessita é legitimidade. O emprego das duas palavras como sinônimo é tão enganoso e confuso quanto a comum identificação entre obediência e apoio. O poder brota onde quer que as pessoas se unam e atuem de comum acordo, mas obtém sua legitimidade mais do ato inicial de unir-se do que de outras ações que se possam seguir”. Hannah Arendt. Da Violência. Trad. José Volkmann.

Explicação: No texto a autora sublinha a importância da afirmação da legitimidade do poder. Ou seja, para agir sobre a vida dos cidadãos, o poder precisa ter sua origem reconhecida por todos os que vivem numa determinada sociedade. Não basta estar de acordo com as leis, pois essas podem ser derivadas apenas da vontade do governante. A legitimidade nasce da concordância com as leis e com o fato de que essa concordância foi manifestada no momento em que elas foram concebidas. Isso ocorre, por exemplo, quando uma assembleia constituinte eleita por regras claras redige a Constituição de um país. À luz dessas considerações discuta os seguintes problemas:

### **Questões**

- 1-** Quando o Estado usa seu poder para praticar alguma forma de violência contra um cidadão, ele pode fazê-lo de forma legítima?
- 2-** Poder e violência sempre andam juntos?
- 3-** Mostre, segundo sua opinião, usando fatos da atualidade, quando o poder está sendo usado corretamente e quando deriva de um abuso